

Compreendendo tendências e fomentando inovações em transportes

Este número da Revista Transportes abre as atividades da editoria para o período 2005/2006, mantendo as mesmas características de volumes anteriores, tais como formatação e quantidade de artigos. Mas, acima de tudo, busca-se conservar a qualidade dos artigos que compõem a Revista, qualidade esta que, sobretudo, deve ser creditada à conta da comunidade científica da ANPET, aqui se fazendo representar pelos dezessete autores dos seis trabalhos recolhidos. Mister também se faz reconhecer o empenho dos dezoito pareceristas *ad hoc* no aprimoramento do material recebido, tendo eles contribuído decisivamente para o resultado final alcançado.

No caso dos transportes como objeto de trabalho científico, é fundamental reconhecer – como o faz a ANPET em seus já tradicionais Congressos anuais – a diversidade de áreas de atuação e enfoques teórico-metodológicos válidos para o desenvolvimento geral do setor, mais ainda para o avanço do conhecimento e para a sua evolução nos campos da organização, da provisão infra-estrutural, das ferramentas técnicas de apoio à decisão e ao gerenciamento da operação no setor. Essa diversidade de abordagens é uma característica do conjunto de *papers* coletados neste número, diversidade que, sem embargo, não implica na renúncia a uma unidade conceitual. Esta unidade se revela aqui como aquela da busca incessante pelo entendimento, compreensão, sistematização, análise crítico-prospectiva e modelagem de tendências e inovações, seja no plano das demandas por transporte apresentadas pela dinâmica socioeconômica, seja no plano das tecnologias desenvolvidas para a provisão da oferta de serviços que responderá a tais demandas.

Assim, o primeiro artigo, da lavra de Brasileiro e Orrico Filho, se detém no escrutínio das experiências históricas e contemporâneas de França e Brasil com respeito à organização institucional em torno da provisão de infra-estruturas e serviços de transportes terrestres e de telecomunicações. Os autores extraem desse engenhoso conflito entre tão distintas nações e entre redes técnicas tão diferentes (uma, a de transportes, por excelência material; outra, a de telecomunicações, que transita do domínio quase abstrato dos sinais “tele-transportados” para o concreto das infra-estruturas de cabos, torres e centrais) lições para o aprimoramento das relações futuras entre o público e o privado no campo das infra-estruturas em geral, particularmente para o aprimoramento da matriz institucional e regulatória brasileira nesse campo.

Em um segundo artigo, Pfeiffer e Strambi investem no entendimento das tendências sociodemográficas e econômicas enquanto dinamos do comportamento das famílias com respeito à posse de automóveis. Os autores chegam a conclusões importantes para o caso da metrópole paulistana, especialmente no que concerne ao fato de que a influência de variáveis como a renda varia, e no caso da renda de modo decrescente, ao longo do tempo. Ressaltam eles o provável crescimento da importância de variáveis exógenas à família, como o próprio mercado de veículos e as políticas e o estado do transporte e da circulação, para explicar a decisão de motorização familiar.

Se as decisões de motorização e de uso do automóvel passam a ter uma natureza predominantemente ligada ao *marketing* da indústria automobilística e suas políticas de preço, ou à situação geral da mobilidade e da acessibilidade urbanas (resultante da política e da prática pública de intervenções na cidade e em seu sistema de transportes), então as externalidades da circulação automotora passam cada vez mais a serem debitáveis à evolução política da sociedade. Seu diagnóstico, sua prevenção, e mesmo a prescrição de sua terapêutica, por conseguinte, devem ser abordados desde uma perspectiva de intervenção na estrutura subjacente da sociedade e de sua evolução. Faria, Braga e Campos, autores do terceiro artigo deste número da Transportes,

enveredam pelo campo da Educação para o Trânsito destacando a importância de enfoques construtivista, sociocultural e holístico para que se alcance uma construção vivencial da solidariedade e da cooperação, enfim da cidadania responsável no trânsito. Destaca-se aqui a importância do uso de *softwares* educativos nesse processo e a cuidadosa especificação metodológica proposta pelos autores para testar e validar sua proposição inovadora de um portal na *web* dedicado ao trânsito com vida.

Inovação também é o assunto enfocado por Silva, Michel, Senna e Núñez em seu artigo, o quarto na sequência da revista. Trata-se aqui de uma inovação de caráter regulatório, porquanto voltada para a minimização do efeito dos riscos (comerciais) de tráfego sobre as ineficiências do processo de concessão de exploração de rodovias ao setor privado. Os autores, por meio de simulações, analisam a idéia de concessões com prazo contratual de duração não fixado *ex-ante* (concessão com prazo variável) e sua aplicabilidade ao caso brasileiro. Concluem que as vantagens da adoção desse tipo de mecanismo contratual inovador não são perfeitamente claras para a situação em nosso país; alertam, entretanto, que o padrão contratual nacional ainda está por ser aperfeiçoado em face de riscos para o nosso caso mais importantes: riscos políticos e regulatórios, que estão demandando o aperfeiçoamento dos nossos marcos contratuais no sentido de instaurar maior competitividade nos processos licitatórios e maiores garantias de manutenção de qualidade de serviço ao longo dos contratos.

Dib, Cardoso e Weigang apresentam o quinto artigo da revista como um esforço de investigação para propor um sistema para sincronização e gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, que se utiliza de tecnologias de Inteligência Artificial e de computação distribuída sobre a Internet. O esgotamento visível das condições e recursos aeroportuários em todo o mundo, dado o crescimento acelerado da demanda por viagens aéreas e a maior flexibilização regulatória no setor, é uma razão suficientemente forte como para revestir da maior importância a pesquisa orientada pela otimização de tais recursos e condições. O artigo conclui, após um estudo de caso, pela validade e caráter promissor da linha de pesquisa, enfatizada pela natureza colaborativa que o sistema propõe para os diversos agentes envolvidos no controle de tráfego aéreo, o que faz por em destaque a negociação e a cooperação em um setor fortemente competitivo.

No artigo que encerra este número, Pinheiro e Soares se centram no estudo das possibilidades do asfalto-borracha na pavimentação de trechos rodoviários. Ressalte-se a importância da disseminação do uso desse tipo de ligante em pavimentos flexíveis, na medida em que a moagem de pneumáticos desgastados constitui um belo equacionamento para o problema ecológico do “lixo rodoviário-automobilístico”, com o requinte da ironia de que pavimentos assim construídos parecem ter a característica de melhorar as condições de rodagem, por meio da minimização de trincamentos por fadiga e das deformações permanentes. O trabalho de Pinheiro e Soares mostra a importância da colaboração entre o meio acadêmico e o setor público na busca de soluções tecnológicas inovadoras, tipicamente locais, bem como seu significado para o aprimoramento técnico dos profissionais envolvidos na investigação técnico-científica.

Para concluir, cabe a conclusão de que a qualidade e a maturidade da pesquisa brasileira em transportes é mais uma vez afirmada nas páginas deste periódico científico. Preservar e valorizar essas qualidade e maturidade são funções da nossa comunidade acadêmica, e a Revista Transportes pretende manter-se como meio de divulgação do trabalho científico que a Universidade brasileira vem realizando com tanto denodo.